

RELATÓRIO CONFIDENCIAL DO ENCONTRO ENTRE O GENERAL MARIO CESAR E O PADRE ÂNGELO PANSA, NA PRESENÇA DO CORONEL LIMA DO 51 BIS DE ALTAMIRA E OUTRO OFICIAL QUE RECUSOU A SE IDENTIFICAR.

CEDI - P. I. B.
DATA 19 / 06 / 87
COD. XKD 16

Este encontro se realizou no Quartel do 51 BIS em Altamira no dia 28 de Março de 1985, às 8.30 horas aproximadamente. Estavam presentes o General Mário Cesar Comandante da Região Militar de Marabá, o Coronel Lima do 51 BIS de Altamira e outro Oficial que não tinha na lapela o nome, nem algum sinal de identificação. O mesmo Oficial, em uniforme do Exército, se recusou a se identificar quando o encontro se tornou impossível e foi interrompido de maneira grave. Eu, Pe. Angelo Pansa, da Prelazia do Xingu, fui convidado pelo telefone a me apresentar no Quartel do 51 BIS em Altamira pelo telefonista do mesmo Quartel, na manhã do dia 28 de Março de 1985. Após reiterados telefonemas na Casa dos Padres me procurando, fui informado por um dos Padres daquela casa que veio me avisar na casa onde eu moro juntamente com outros Padres da Prelazia, e que se encontra na rua Coronel José Porfirio n. 1936.

Logo fui até à Casa dos Padres, perto da Catedral e fiquei esperando o telefone tocar, pois tinha sido comunicado que dentro de poucos minutos teriam procurado mais uma vez por mim, pois o General Mário Cesar estava querendo ter um encontro comigo.

Quando o telefone tocou, eu mesmo atendi, e o telefonista do Quartel me comunicou a intenção do General de realizar este encontro no mais breve tempo. Respondi que eu estava com tempo muito limitado, pois estava me azeitando para organizar minha viagem pelos rios Iriri e Curuá a fim de atender às populações ribeirinhas na ocasião da Semana Santa e da Páscoa. Portanto teria pedido, se possível, falar com o General pelo telefone, a fim de saber qual o assunto do encontro e qual a urgência para que o mesmo fosse realizado, e quanto tempo iria me tomar. Isso a fim de determinar quando poderia ser o tempo melhor: se de imediato ou mais tarde ao longo do dia. O telefonista pediu para eu aguardar no telefone, pois ia se cientificar dos meus pedidos e da resposta do General.

Alguns minutos depois telefonou o Major Norberto, sempre do Quartel do 51 BIS e me comunicou que o General pedia que eu fosse até lá para tratar do assunto referente à situação do rio Curuá e dar alguns esclarecimentos à respeito de afirmações minhas. O tempo que iria demorar o encontro não seria muito, e se possível, para que eu fosse imediatamente para o Quartel. Perguntei ao Major Norberto se este encontro era informal ou se era mais ou menos um inquérito ou um interrogatório. Ele me respondeu que era simplesmente uma troca de informações e que não tinha nada de interrogatório ou inquérito. Disse ainda que o General tinha umas cinco perguntas a serem esclarecidas.

Comuniquei ao Major Norberto que eu não dispunha de carro para alcançar o Quartel, e que estava disposto a ir até lá de imediato. O Major Norberto se prontificou a enviar uma viatura do Quartel que fosse me apanhar na casa em rua Coronel José Porfirio 1936. A mesma viatura teria-me trazido de volta após o encontro com o General.

às 8.10 horas a viatura chegou me procurando e, acompanhado pelo militar na função de motorista, fui até o Quartel, levando comigo a documentação relativa aos acontecimentos do Cajueiro, no Rio Curuá, bem como a cópia de todos os Relatórios por mim entregues anteriormente ao coronel Lima do 51 BIS.

Fui recebido pelo General Mário Cesar no escritório do coronel Lima no andar superior do Quartel do 51 BIS. Estavam presentes, além de mim e do General Mário Cesar, o coronel Lima e outro Oficial em uniforme militar mas sem identificação pessoal.

Pela atitude e pelo tom com que o General me dirigiu a primeira pergunta, eu tive a impressão que tratava-se de um interrogatório, mais do que de um simples encontro. O que angustiava o General era uma afirmação por mim apresentada em Belém quando da minha passagem nos dias 20 a 22 de Março para o General Hélio Pacheco, Comandante da 8.ª Região Militar. A afirmação era de que eu estava com medo de que o Exército fosse envolvido na questão entre o sr. João Lima do Cajueiro e a firma Brasinor, e que havia um documento que podia comprometer o Exército em favor da mesma firma, que, por sua vez, estava agindo de maneira ilegal e violenta contra moradores, posseiros e até índios legítimos na área do Curuá.

O General pediu-me se era possível ver o documento em questão, e eu respondi que podia mostrar somente a xerox, pois o original estaria anexado a todo o processo entregue à Justiça.

Apresentei a xerox do documento, e o General perguntou aonde estava citado no mesmo o envolvimento do Exército, mais precisamente do 51 BIS de Altamira. Respondi que o documento era entre a Brasinor e o senhor Joao Lima, mas que havia a assinatura de duas testemunhas que se comprometiam a atuar como mediadores para qualquer dificuldade que poderia surgir no futuro, enquanto estavam testemunhando o acordo assinado pelas partes. E expliquei que uma das assinaturas pertencia ao então capitão Norberto, hoje Major no 51 BIS de Altamira. Porém, a assinatura não tinha o comprovante do nome da pessoa que assinou através da escrita do nome por máquina de escrever, como era o nome de outra testemunha.

O General disse-me que isso não tinha valor como prova de envolvimento do 51 BIS na questão, pois ninguém podia afirmar que a assinatura era do capitão Norberto. Ao que respondi que era suficiente perguntar ao coronel Lima, que estava presente e de qual já tinha ouvido falar deste documento. Ou melhor ainda seria chamar o Major Norberto e perguntar para ele se a assinatura era dele. O General acatou a primeira sugestão e pediu ao coronel Lima se a assinatura podia ser do Major Norberto. Ao que o coronel respondeu afirmativamente.

O General então, bastante contrariado, disse que o capitão Norberto podia ter assinado como particular e não como membro do Exército, e que portanto minhas declarações para a imprensa de que o Exército estava envolvido não eram verdadeiras. Respondi que nas minhas declarações para imprensa nunca acenei à possibilidade de envolvimento do Exército no problema da área hoje em conflito, mas que somente falei particular com o General Pacheco que ficou preocupado com esta possibilidade e me disse que teria movimentado a Autoridade competente para averiguar.

Quanto ao fato de ter sido somente uma pessoa a assinar, precisaria que se instaurasse inquérito à respeito do capitão Norberto, para saber se ele agiu como membro do 51 BIS e por iniciativa pessoal. Este inquérito não cabia a mim instará-lo e sim a Autoridade competente.

O General continuou dizendo para mim que não podia aceitar que um estrangeiro viesse aqui no Brasil querendo ensinar para as Autoridades quais as Leis e os Direitos, e menos ainda que, estando no Brasil este estrangeiro, fosse espalhar fofocas contra Autoridades e Exército, criando mentalidade errada nas cabeças do povo do interior.

Esta afirmação do General soou para mim como uma ameaça pessoal, pois o estrangeiro em questão podia muito bem ser eu pessoalmente. Pensei em tentar esclarecer as coisas lembrando ao General que nunca tive a estupidez de querer ensinar as Leis para as Autoridades, e sim perguntar às mesmas, por escrito e assinando meu pedido, que me fosse esclarecido o que estava acontecendo e se os homens armados que invadiram a propriedade de dona Maria das Chagas e a área do Cajueiro se dizendo da Polícia Federal ou Militares, de fato pertenciam ou não à Polícia Federal ou ao Exército. E no meu pedido eu tinha frisado o perigo de que, se não houver resposta imediata, clara e por escrito, o povo podia ficar pensando ainda mais que as Autoridades, Cíveis ou Militares que não tomavam providências, estariam sendo subornadas pelas firmas mineradoras ou outras. O motivo da minha pergunta era de ter uma resposta para tirar da cabeça da gente das localidades atingidas pelo conflito e de outros lugares, de que a invasão perpetrada no dia 2 de Fevereiro de 1985 não era de autoria da Polícia Federal nem do Exército, nem de Polícia Militar ou Civil, e sim de um grupo de terroristas armados. Mas infelizmente nenhuma das Autoridades solicitadas tinha-se dignado responder por escrito.

O General continuou perguntando por que eu tinha feito tanto alvoroço na imprensa e que não precisava fazer isso. Respondi que já várias vezes tinha pedido que as Autoridades tomassem providências, e mesmo, quando no mês de Fevereiro, já após os acontecimentos do Cajueiro, eu fui até Belém para informar as Autoridades de que o conflito era sério e havia perigo de se alastar mais e atingir um nível gravíssimo com perdas de vidas humanas, à pedido das mesmas Autoridades não informei a imprensa, confiando que as promessas verbais de tomar providências teriam sido cumpridas. E com esta confiança tinha tomado a decisão de alcançar o lugar da invasão e

ter conhecimento pessoalmente da situação e da possibilidade que as vítimas da invasão armada voltassem para suas casas e roças, retomando suas atividades. Apesar de muitas pessoas e todas as Autoridades que eu informei desta minha intenção quererem me aconselhar para eu não ir, pois ainda havia perigo, eu viajei no começo de Março para o Cajueiro, no rio Curuá, com a esperança de encontrar no local, quando da minha chegada, algumas das Autoridades que tinham-me prometido tomar providências. Infelizmente não foi assim, pois me encontrei praticamente sozinho frente a homens armados que chegaram a me ameaçar várias vezes, e até de morte. Mas isso não aconteceu. Enquanto me encontrava no Cajueiro consegui documentar através de fotografias e através de confrontação verbal com os invasores, a situação. Mais ainda, vim sabendo, pelas próprias palavras do gerente da firma Brasinor e por outros homens armados da Sacopan, da intenção da Brasinor ampliar a área de ocupação, se servindo de mais 40 homens armados da Sacopan e "limpando" toda a área do rio Curuá. Tudo isso, disse ao General, constava de relatórios por mim assinados e entregues às autoridades, bem como de depoimento pessoal entregue na Delegacia de Polícia de Altamira, quando da minha volta na cidade. A mesma documentação entreguei, em seguida, para as Autoridades em Belém e encaminhei para Brasília, junto ao SNI e ao sr. Ministro Extraordinário de Assuntos Fundiários.

Nesta altura, o Oficial não identificado me perguntou se era verdade que eu declarei para a imprensa que estava pronto a organizar e chefiar uma revolta armada por parte do povo do interior ao longo dos rios para enfrentar os guardas e os homens da Brasinor, como constava na imprensa. Respondi para ele que as afirmações da imprensa eram uma coisa que eu não tinha assinado, e que as minhas afirmações a respeito deste assunto constavam na documentação entregues para as diversas Autoridades, nos termos por mim escritos e assinados. E mais uma vez apresentando uma pergunta a qual não tinha recebido resposta por parte das Autoridades responsáveis. O Oficial mudou de assunto e disse que não precisava que eu fosse informar a imprensa estrangeira, americana ou outras, e que isso ia me prejudicar. Não sendo uma pergunta que me era dirigida e sim uma afirmação, não disse nada a respeito, pois eu nunca enviei informações para a imprensa americana. Mandeí sim informações para meus familiares e amigos na Itália, e nada mais. As mesmas informações entreguei a amigos e conhecidos no Brasil, mas reduzidas a uma espécie de flash jornalístico, entregue também na documentação que as Autoridades tinham recebido.

O General me perguntou se em vez de fazer tanto alvoroço e confusão, eu não deveria ter tentado converter os corações, como é tarefa do Padre. Respondi ao General que justamente isso eu tinha tentado desde que, quase um ano atrás, vim percebendo o perigo de conflitos. Tentei converter os corações do povo ribeirinho, ajudando-o a ficar calmo, a trabalhar, a tentar obter sua documentação pessoal e de terras. Tinha tentado converter os corações de Autoridades que em vez de ajudar no sentido de fornecer a documentação destes cidadãos à margem da sociedade, quase sempre colocaram dificuldades legalistas que rendiam impossível a ajuda. E até tinha tentado converter os corações dos invasores do Cajueiro, indo sozinho até o local, com bastante perigo pessoal, e tinha conseguido na tarde do dia 9 de Março de 1985 fazer com que todos eles e todo pessoal da Brasinor se retirasse do local de conflito.

Mas, desde que souberam que eu tinha ido embora para regressar para Altamira, tinham voltado com mais homens armados e intencionados a não mais se retirar de lá, ficando e tirando o minério que não lhes pertence. O General não gostou da resposta, pois naquele momento começou a falar mais alto, tão alto que os militares que estavam trabalhando nos escritórios ao lado e os demais que estavam no pátio em frente ao ~~gabinete~~ muito facilmente podiam ouvir a conversa e os gritos que puseram fim ao interrogatório.

Sinceramente eu não estava nem imaginando de longe que isso podia acontecer, pois uma pessoa do gabarito de um General Comandante de uma Região Militar deveria saber se conter e não dar uma cena de escândalo para seus soldados e seus Oficiais.

O General começou dizendo que no dia 6 de Fevereiro ele andou procurando em toda a cidade de Marabá para um Padre a fim de mandar rezar uma Missa de Ação de Graças, pois a esposa dele tinha-se recuperado de um acidente sofrido, e ele queria agradecer a Deus. Mas não encontrou Padre nenhum em Marabá pois " todos os padres, que nem voce (estava se dirigindo a mim) em vez de ficar rezando andam por aí espalhando mentiras contra as Autoridades e agindo como subversivos, incitando o povo a se revoltar".

Frente a esta acusação bem precisa e gravíssima à meu respeito e à respeito de todos os padres, e portanto da Igreja desta região, pedi ao General se ele teria a coragem de por por escrito e assinar uma afirmação dessa.

Ao que ele levantou enfurecido gritando: "E por que por escrito?". Permanecendo sentado disse-lhe que assim ele teria que assumir a responsabilidade de uma acusação muito grave contra mim. E se ele fosse assinar esta acusação, ele teria que me prender, pois seria obrigação dele prender um subversivo comprovado. Sempre gritando em alta voz e avançando na minha direção, o General disse: "Eu não quero prender coisa nenhuma". Então lhe respondi que ele estaria se omitindo de uma de suas obrigações. Cada vez mais enfurecido, o General gritou: " Não posso prender você, porque é você que quer ser preso".

Ao que repliquei que eu não queira de jeito nenhum ser preso, e sim o que eu queria era viajar para a localidade Cajueiro com as pessoas que tinham sido arrancadas com a violência de suas casas e que queriam voltar para celebrar a Semana Santa e a Páscoa em suas colocações, juntamente com suas famílias e com seus vizinhos.

Nesta altura o General se tornou agressivo e avançou contra mim gritando: "Sai daqui. Vai-te embora. Vai falar com teu Bispo e vai telefonar para teu amigo Pacheco (referia-se ao General Pacheco da 8.ª Região Militar em Belém). Vai embora".

Levantando respondi para o General: " Eu não tenho nada para telefonar para o General Pacheco. Ele telefonou para você e é você que vai telefonar para ele. Vim aqui convidado para esclarecer alguns assuntos: se agora não há mais nada para esclarecer, vou voltar para minhas tarefas e para minha casa".

Enquanto estava saindo do escritório, o General continuava gritando e se não fossem o Coronel Lima e o Oficial que estavam presentes e se interpondo entre o General e mim mesmo, acredito que o General teria chegado até o ponto de me agredir fisicamente. E os gritos dele me seguiram ao longo da varanda. De lá eu vi vários militares parados em baixo, na área de exercícios frente ao prédio do Quartel, que ficavam olhando para cima, maravilhados pela gritaria do General, que continuava dizendo: "tirem este homem daqui".

O Oficial que estava presente me disse em voz baixa: "É melhor ir embora". Enquanto estava me afastando acompanhado por este Oficial, lhe perguntei se ele queria se identificar, pois não trazia o nome na lapela e eu teria que convocá-lo como testemunha na oportunidade de um inquérito à respeito daquilo que tinha acontecido no Quartel pouco antes. O Oficial não se dignou responder ao meu pedido, e me entregou a outro militar que me acompanhou até ao pátio de ingresso.

Frente ao pátio de ingresso estava o veículo que me tinha trazido da cidade e que tinha sido colocado a minha disposição, com um militar motorista, para me levar de volta em casa.

O motorista estava parado ao lado do veículo, sem saber o que fazer. Pelo silêncio dele e dos demais militares que estavam me olhando numa imobilidade total, compreendi que eles tinham escutado os gritos do General e não sabiam o que fazer.

Passsei por eles, percorri o trecho que vai do prédio do Quartel até a bareira do ingresso sozinho e a pé, sai do Quartel sem que ninguém me dirigisse a palavra e voltei para a cidade a pé e sozinho. Cheguei em casa às 10.15 horas.

Altamira, 28 de Março de 1985.

Se. Angel Pena